Capítulo 4

Pluriatividade e agricultura familiar no sul do Brasil: Rio Grande do Sul e Santa Catarina em perspectiva comparada

Sergio Schneider

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SCHNEIDER, S. Pluriatividade e agricultura familiar no sul do Brasil: Rio Grande do Sul e Santa Catarina em perspectiva comparada. In: *A pluriatividade na agricultura familiar* [online]. 2nd ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Estudos Rurais series, pp. 141-173. ISBN 978-85-386-0389-4. Available from doi: [10.7476/9788538603894](https://doi.org/10.7476/9788538603894). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/b7spy/epub/schneider-9788538603894.epub>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO 4

Pluriatividade e agricultura familiar no sul do Brasil: Rio Grande do Sul e Santa Catarina em perspectiva comparada

As transformações gerais verificadas nas formas de ocupação e emprego do meio rural, analisadas no capítulo anterior, já são amplamente difundidas na estrutura agrária dos dois estados meridionais do Brasil. A partir da década de 1980, algumas regiões dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina passam a registrar processos sociais de alteração das formas usuais de ocupação da força de trabalho no meio rural (Schneider, 1999; Raud, 1999). Em ambos os casos, algumas áreas colonizadas por imigrantes de origem alemã vindos diretamente da Alemanha (por isso chamadas de áreas de colonização antiga ou velha), como a região do Vale do Sinos no Rio Grande do Sul e do Vale do Itajaí em Santa Catarina, passaram a viabilizar novas estratégias de reprodução social dos agricultores familiares nelas instalados.

Nesse sentido, parece importante a tentativa de demonstrar que as mudanças ocupacionais da força de trabalho rural que se verificam nos países desenvolvidos, discutidas anteriormente, também estão presentes na estrutura agrária do sul do Brasil. Assim, as duas seções que se seguem a esta introdução serão dedicadas à discussão das transformações nas formas de ocupação em atividades agrícolas e não-agrícolas nos dois estados meridionais da Federação. Na terceira seção apresenta-se algumas características gerais sobre o processo de articulação entre a agricultura familiar e o mercado de trabalho industrial (que é composto pela indústria coureiro-calçadista no caso gaúcho e têxtil no caso catarinense) que se constituiu nas regiões antes mencionadas. Na quarta e última seção são apresentadas algumas considerações sobre os dois estudos de caso realizados para analisar situações concretas de famílias rurais que recorrem a estratégia da pluriatividade.

Antes de passar para apresentação dos dados secundários é necessário fazer alguns esclarecimentos sobre a base de informações utilizada nas duas próximas seções. As informações sobre a dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina são resul-

tantes de tabulações especiais produzidas pelo Projeto Rurbano, utilizando como fonte a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, do IBGE (doravante denominada simplesmente de PNAD). A PNAD é uma pesquisa por amostras baseada no último censo demográfico disponível. Em cada Estado é feito um corte, separando áreas urbanas, rurais e metropolitanas, motivo pelo qual os dados não podem ser desagregados por microrregiões homogêneas.

Também é importante ressaltar que os dados divulgados pelo IBGE, a partir de 1992, não podem ser comparados com aqueles que foram levantados antes dessa data, porque a partir desse ano a metodologia de levantamento foi modificada, tanto no que se refere à cobertura temática como, principalmente, em relação ao conceito de “trabalho”.⁶¹ O IBGE passou a considerar como “ocupadas” as pessoas de 10 anos ou mais de idade que realizavam algum trabalho (remunerado ou não) durante pelo menos uma hora, na semana de referência (período de coleta das informações), visando captar determinados grupos de pessoas envolvidos em atividades econômicas que anteriormente não eram incluídas, abandonando o critério anterior que considerava ocupadas as pessoas que se envolviam em atividades durante pelo menos quinze horas de trabalho (Graziano da Silva e Del Grossi, 1997). Criou-se, dessa forma, a noção de “trabalho ampliado”, decorrente do que Del Grossi (1999) chamou de “acréscimo conceitual”. Segundo esse autor, essa modificação, de fato, introduziu uma distorção na PNAD, pois ampliou-se o universo de pessoas consideradas como ocupadas quando, segundo seus cálculos, essas pessoas, na verdade, trabalhavam em atividades de auto-construção ou para o auto-consumo. Em princípio, essa diferença impediria a comparação das PNADs dos anos noventa com a de 1981, obstáculo que foi superado estatisticamente pela equipe do Projeto Rurbano, que ao final conseguiu compatibilizar as séries em apreço, analisadas a seguir.

4.1. ADINÂMICA DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS NO RIO GRANDE DO SUL

Nas últimas três décadas, a agricultura gaúcha, como de resto a dos demais Estados meridionais do Brasil, conheceu um desenvolvimento econômico sem precedentes em sua história. Esse desenvolvimento, tal como

⁶¹ Além disso, a partir da nova classificação da posição na ocupação, que passou a ser adotada, suprimiu-se a subdivisão dos trabalhadores volantes, com ou sem intermediário, e definiram-se duas outras categorias decorrentes da ampliação do conceito de trabalho (trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso). Para maiores detalhes acerca das consequências metodológicas dessa mudança, consultar Del Grossi (1999) e Botelho (1999).

ocorreu na maior parte dos países desenvolvidos, caracterizou-se sobretudo pelo incremento de novas tecnologias, pela utilização em larga escala de insumos e máquinas industriais e pelas alterações biogenéticas mediante a introdução de variedades de plantas e animais de alto rendimento. Como resultado, obteve-se um extraordinário crescimento da produtividade agrícola, fazendo com que o Brasil e, especialmente, a região Sul, lograssem uma inserção privilegiada no comércio mundial de *commodities* agrícolas (Goodman e Redclift, 1989). Esses são os traços mais gerais do conjunto de mudanças que os estudiosos chamam de “modernização da agricultura” (Graziano da Silva, 1996).

No caso do Rio Grande do Sul, esse intenso processo de transformação estrutural pode ser dividido em três fases distintas, quanto ao desenvolvimento agrário. O primeiro desses períodos, como já apontado em outro trabalho (Schneider e Navarro, 2000), promoveu a “euforia” da modernização produtiva, iniciada na década de 1970, quando os governos militares empreenderam uma inédita transformação de algumas regiões agrárias brasileiras (em especial no centro-sul), retirando-as de seu atraso tecnológico e inserindo-as em circuitos propriamente capitalistas – o que permitiu não apenas a constituição de novas estruturas de produção, mas também o desenvolvimento de uma nova racionalidade de gestão agrícola.

Esgotada essa primeira fase de mudanças, simbolizada pelo ano de 1981, quando foram modificadas as normas financeiras do primeiro período, particularmente no que se refere ao esgotamento da política de crédito rural facilitado, os anos seguintes foram marcados por uma dinâmica inteiramente nova da agricultura. A década de 1980 representou, de fato, um outro período inteiramente singular, com as evidências de um ajuste macroeconômico persistente e, como resultado, uma deterioração dos aparatos institucionais ligados ao mundo rural, além da incapacidade financeira crescente do Estado em manter mecanismos de estímulo e/ou sustentação da agricultura similares ao período anterior, em especial aqueles relacionados aos reclamos de financiamento da produção nas condições antes estabelecidas (Graziano da Silva, 1996; Delgado, 1995).

A década de 1990, por sua vez, introduziu outros contornos econômicos e políticos, identificando uma terceira e diferente fase do desenvolvimento agrário do Rio Grande do Sul. Nesses anos mais recentes, com o forte recuo das políticas públicas para o meio rural, modificou-se ainda mais o ambiente social e produtivo, não apenas desafiando os estudiosos e suas ferramentas analíticas mas, principalmente, materializando novos desafios e impasses que têm confrontado os próprios produtores, provavelmente em magnitude sem precedentes.

Os efeitos sociais resultantes dessas mudanças mais gerais variaram de região para região agrária brasileira mas, salienta-se, geralmente observou-se uma

forte modificação demográfica no meio rural, com a diminuição constante do número das famílias dedicadas às atividades propriamente agrícolas, o que repercutiu sobre a estrutura de ocupação do mercado de trabalho rural.

Considerando-se o conjunto da população gaúcha com idade acima de 10 anos, percebe-se que aquelas pessoas que possuem domicílio rural demonstram, tendencialmente, uma trajetória inversa àquelas que residem no espaço urbano, em relação à sua expressão numérica. Os dados das Tabelas 1a e 1b ressaltam a expressiva diminuição da população rural em idade ativa (PIA-rural), no período 1981/1999, registrando uma redução absoluta de 459 mil pessoas. Importante também salientar que essa redução foi mais significativa na década de 1980 (ou seja, comparando-se as PNADs de 1981 e 1992) do que na década de 1990 (comparando-se as PNADs de 1992 e até 1999). Isso implica dizer que no início dos anos oitenta havia mais gente em idade ativa apta ao trabalho no meio rural gaúcho do que em 1992. No primeiro caso, a diminuição anual, conforme mostra a Tabela 1b, alcançou a taxa de 2,0% a.a., enquanto que na década de 1990 a redução sofreu uma queda significativa, registrando uma taxa negativa de apenas 0,2% a.a. entre 1992 e 1999.

Tabela 1a

RIO GRANDE DO SUL E BRASIL. POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA) COM 10 ANOS OU MAIS, OCUPADA E NÃO-OCUPADA, SEGUNDO O LOCAL DE DOMICÍLIO E O SETOR DE ATIVIDADE, 1981-1999 (1.000 PESSOAS)

		1981		1992		1999	
		RS	BR	RS	BR	RS	BR
Urbana		4.180,6	64.669,1	5.733,5	89.510,7	6.508,2	104.693,5
Rural		2.119,0	24.233,8	1.706,0	23.784,5	1.660,6	25.402,2
PEA rural ocupada	Agrícola	1.160,8	10.735,9	964,0	11.192,5	789,3	10.230,5
	Não-agrícola	276,5	3.060,8	297,1	3.496,7	352,3	4.620,0
PEA rural não-ocupada	Não-ocupados ou procurando emprego	6,8	139,4	11,2	312,0	29,8	594,6
	Aposentados	128,1	1.240,0	110,2	1.517,1	172,3	2.235,8
	Outros	546,8	9.057,8	323,4	7.266,1	316,7	7.721,3

Tabela 1b
RIO GRANDE DO SUL E BRASIL. TAXAS DE CRESCIMENTO
DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA) COM 10 ANOS OU MAIS,
OCUPADA E NÃO-OCUPADA, SEGUNDO O LOCAL DE DOMICÍLIO
E O SETOR DE ATIVIDADE, 1981-1999 (1.000 PESSOAS)

Taxas de crescimento (% a.a.)		1981/92 ^a		1992/99 ^b	
		RS	BR	RS	BR
Urbana		2,9***	3,0***	1,9***	2,3***
Rural		-2,0***	-0,2*	-0,2	0,9***
PEA rural ocupada	Agrícola	-1,7***	0,4***	-2,6***	-1,7***
	Não-agrícola	0,7	1,2***	2,7***	3,7***
PEA rural não-ocupada	Não-ocupados ou procurando emprego	4,7*	7,6***	17,8***	10,8***
	Aposentados	-1,4	1,9***	5,1***	5,7***
	Outros	-4,7***	-2,0***	0,6	1,4***

^a Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

^b Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

(***), (**), (*) significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/Unicamp, Projeto Rurbano (Tabulações Especiais).

Essa variação da população em idade ativa deve-se, sobretudo à redução da PEA ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas, uma vez que não se registra uma queda expressiva no número de indivíduos não economicamente ativos.⁶² Embora os dados não permitam o cálculo dos saldos migratórios, indicam que o meio rural gaúcho ainda continua perdendo população, podendo-se afirmar que o êxodo da população para as cidades ainda persiste, embora tenha diminuído significativamente nos anos noventa, quando comparado com a década anterior (Schneider e Radomsky, 2002).

Ao analisar, retrospectivamente, as principais mudanças demográficas e ocupacionais desde a década de 1980 pode-se associar a diminuição absoluta da população rural aos impactos da intensa modernização tecnológica e produtiva da década de 1970, que se desenvolveu em quase todas as regiões rurais do Rio Grande do Sul e em alguns outros estados do Brasil. Embora esse processo tenha diminuído sua intensidade com o esgotamento dos mecanismos financeiros que lhe deram origem, ainda assim nos anos mais recentes seguiu seu itinerário transformador, concentrando-se em algumas áreas e em algumas atividades produtivas. O processo de modernização implicou, no Rio Grande do Sul, a visível redução de postos de trabalho, com a eliminação das

⁶² A população economicamente ativa teve taxas de crescimento negativas nos anos oitenta e nos noventa (-1,1% e -1,2% respectivamente) ao passo que a população não economicamente ativa teve queda apenas nos anos oitenta (Schneider e Radomsky, 2002).

formas transitórias de trabalho antes vigentes, como o pequeno arrendamento, a parceria e o trabalho de agregados nas propriedades maiores antes dedicadas principalmente (como atividade propriamente comercial) à triticultura, posteriormente o mesmo acontecendo na principal zona de produção da soja, o chamado Planalto Médio. Nessa região, o *boom* da soja deslocou rapidamente os pequenos produtores rurais, não apenas pela lenta constituição de uma nova racionalidade na gestão da propriedade mas, igualmente, pela expansão da mecanização, eliminando postos de trabalho antes existentes.⁶³ Para a crescente população que perdeu suas formas de ocupação em função da expansão da soja, o retorno às suas regiões de origem, normalmente o Alto Uruguai (região fronteira com Santa Catarina) não era mais possível, pela pressão demográfica existente nessa última região, pela estrutura fundiária marcada predominantemente por pequenos estabelecimentos e, em especial, pela inexistência de “terras livres” ou de custo de aquisição mais baixo, que pudessem ser ocupadas.

Nesse contexto, a migração para as cidades tornou-se quase a única alternativa existente, particularmente em direção ao Vale dos Sinos, região próxima a Porto Alegre, tendo como centro irradiador a cidade de Novo Hamburgo, que, na década de 1980, tornou-se um dos principais centros produtores de calçados (principalmente femininos) do país, setor fortemente exportador (Schneider, 1994, 1999). Os movimentos migratórios, contudo, nos anos mais recentes, não podem ser comparados com aqueles da década de 1980, pois o crescimento da economia gaúcha reduziu-se e freou decisões migratórias. No auge da modernização da agricultura gaúcha, nos anos setenta, os movimentos populacionais foram intensos, quando a população residente em regiões rurais reduziu-se em 15% em apenas dez anos, situação que não mais se repetiria nos anos seguintes, em face da citada perda de dinamismo da economia do Estado (seguindo um padrão nacional).

Já na década de 1990, como antes referido, há outros fatores novos a considerar, particularmente os efeitos da abertura comercial e seus impactos em alguns setores produtivos da economia agrícola do Estado (Navarro, 1996). Em especial, devem ser salientados dois setores que, talvez, mais te-

⁶³ O domínio da soja no Estado, a partir dos anos setenta, e seus impactos em todas as esferas da vida rural gaúcha, não pode ser menosprezado, com o cultivo passando, aos poucos, não apenas a orientar as decisões produtivas mas, igualmente, por seu papel na constituição dos complexos agroindustriais. A substituição dos espaços de produção, com a profunda modificação na área plantada, é também notável, bastando lembrar que, no final da década de 1960, a soja apresentava diminuta participação nas estatísticas de produção agrícola no Estado mas, em 1980, já ocupava 47% da área plantada. Enquanto isso, lavouras como o milho, feijão e mandioca, que antes ocupavam, no primeiro período citado, respectivamente, 42,5%; 6,3% e 6,7%, passaram a ocupar, em 1980, apenas 21,2%; 2,2% e 2,1%, respectivamente.

nham contribuído para a redução das oportunidades de ocupação no meio rural gaúcho. Em primeiro lugar a orizicultura, que experimentou anos problemáticos, situações de endividamento ainda não resolvidos, descapitalização devido à queda dos preços das terras e do arroz, concorrência com produtos importados, entre outros aspectos – em muitos casos, levando à redução da área plantada e à desativação de postos de trabalho. O segundo setor produtivo que, provavelmente, tenha sido mais afetado pela abertura comercial e o acordo do Mercosul, foi o de produção de leite. Nesse caso, realizado por milhares de pequenos produtores, com baixíssima produtividade geral e inteiramente despreparados para concorrer com os produtos de origem argentina ou uruguaia. Ainda não são conhecidos os impactos reais desse processo no Rio Grande do Sul, mas evidências assistemáticas indicam uma permanente sangria populacional, em decorrência do abandono de uma atividade que, quase sempre, desempenha um papel fundamental para esses produtores, pela possibilidade de produção de renda permanentemente ao longo do ano.

Essas transformações na economia gaúcha, e no meio rural em particular, tornam-se ainda mais evidentes quando se compara apenas a população rural economicamente ativa ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas. Registra-se claramente, nesse exame, a queda mais do que proporcional dos ocupados em atividades agrícolas, inclusive com uma taxa de redução anual que acelera-se na década de 1990 – isto é, enquanto nos anos oitenta a redução anual foi de 1,7% a.a., o esvaziamento ocupacional na década seguinte aumentou para 2,6% a.a. Cabe notar, contudo, que a redução da PEA foi mais acentuada entre os ocupados em atividades agrícolas, que em 1981 somavam 1.160.800, em 1992 esse número baixou para 964.000 e, em 1999, chegou a 789.379, muito embora a participação relativa no período tenha-se mantido em torno de 70%.

O Gráfico 1 evidencia mais claramente essa redução da população rural ocupada em atividades agrícolas *vis-à-vis* à população ocupada em atividades não-agrícolas, mostrando, entre essas últimas, a relativa estabilidade numérica ao longo do tempo, somados todos os sub-ramos das formas de ocupação não-agrícolas. Não fosse o papel dessas atividades, a queda relativa da população rural economicamente ativa poderia ter sido ainda mais drástica.

Gráfico 1. Rio Grande do Sul. PEA rural ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas, PEA rural procurando emprego (desempregados), aposentados e outros – 1981-1999

Fonte: Projeto Rurbano. Tabulações Especiais das PNADs.

Os dados apresentados no gráfico apontam algumas das mudanças da estrutura ocupacional do mundo rural gaúcho, que parecem indicar a lenta formação de postos de trabalho e variadas formas de ocupação que não são estritamente agrícolas, mas situadas em ambientes definidos como rurais. A diferença, em face do ocorrido em outros estados – particularmente, São Paulo – é a velocidade desse processo de mudanças, muito menos acentuado no Rio Grande do Sul. Tal fato não deve surpreender, em vista da melhor estruturação de suas regiões agrárias, em sentido amplo, onde ainda prevalecem valores socio-culturais e iniciativas produtivas que afirmam a pequena propriedade colonial, assim servindo como “freio” ao abandono da atividade.⁶⁴

Por outro ângulo, a análise anterior acerca do emprego rural, em suas variantes agrícola e não-agrícola, pode revelar caminhos novos para o desenvolvimento rural e para políticas tendentes a rejuvenescer os ambientes agrários do Estado. Ou seja, verifica-se uma lenta mudança em comunidades rurais que apresentam dinâmicas econômicas locais nas quais as oportunidades de ocupação em atividades não-agrícolas são cada vez mais impor-

⁶⁴ No Rio Grande do Sul, ao contrário do Brasil, a queda da PEA rural ocupada nas atividades agrícolas já era expressiva nos anos oitenta. Também diferente é o desempenho das atividades não-agrícolas da PEA rural, que no Estado não chegou a ser significativa nos anos noventa, mas, no Brasil, revelou um crescimento de 3,7% a.a. (Campanhola e Graziano da Silva, 2000).

tantes. Nessas áreas, gradualmente se constrói uma rede de relações econômicas e comerciais que potencializam oportunidades de ampliar empreendimentos e iniciativas para os moradores e produtores do local, não dependendo mais exclusivamente da produção agrícola e dos humores dos mercados de venda de produtos de origem agropecuária, com preços que, na presente década, tenderam à queda, reduzindo ou limitando as chances de geração de renda ao longo do tempo.

Tabela 2

RIO GRANDE DO SUL. RAMOS DE ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS DA PEA OCUPADA DE 10 ANOS OU MAIS RESIDENTE EM DOMICÍLIOS RURAIS, 1992-1999 (1.000 PESSOAS)

RAMOS DE ATIVIDADES	Rio Grande do Sul			Taxas de crescimento (% a.a.)	
	1981	1992	1999	1981/92 ^a	1992/99 ^b
Indústria da transformação	62,6	85,7	104,8	2,9 **	1,7
Indústria da construção	31,5	22,1	32,7	-3,2 *	8,2 ***
Outras atividades industriais	23,9	15,7	11,8	-3,8 *	-3,3
Comércio de mercadorias	29,5	31,4	40,6	0,6	2,6 *
Prestação de serviços	62,1	77,5	79,3	2,0	2,0 *
Serviços auxiliares atividades econômicas	4,0	3,1	10,3	-2,4	16,8 ***
Transporte e comunicação	13,5	8,6	16,8	-4,0 *	7,2 ***
Ramo social	32,5	33,2	31,1	0,2	0,8
Administração pública	11,6	16,0	18,7	3,0	1,0
Outras atividades	5,3	3,8	6,2	-3,0	9,3 *
Total da PEA Não-agrícola	276,5	297,1	352,4	0,7	2,7 ***

^a Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

^b Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

(***), (**), (*) significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/Unicamp, Projeto Rurbano (Tabulações Especiais).

Em relação aos principais ramos das atividades não-agrícolas da população economicamente ativa, é preciso notar que nos anos oitenta a parcela da população rural envolvida no ramo da indústria de transformação cresceu 2,9% a.a., mantendo uma participação ao redor de 7,7% do total da PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas. Em geral, esse ramo é composto pelas pequenas unidades semi-industriais processadoras de produtos agropecuários, como as agroindústrias avícolas e suinocultoras e também os laticínios de pequeno porte. Desta-

ca-se também o ramo da prestação de serviços, que aumentou sua capacidade ocupacional em mais de 17 mil postos entre 1981 e 1999, chegando a crescer a uma taxa de 2% a.a. entre 1992-1999, o que indica, talvez, a maior diversidade de atividades nos ambientes rurais, não necessariamente relacionadas ao setor agrícola propriamente dito. Juntos, os ramos da indústria de transformação e da prestação de serviços somavam, em 1999, 184 mil pessoas, o que representa mais de 50% da PEA ocupada em atividades não-agrícolas (ver total da PEA rural ocupada na Tabela 3).

Na década de 1990, a exceção em relação ao comportamento dos ramos das atividades não-agrícolas da PEA rural ocupada ocorreu, de fato, no ramo dos serviços auxiliares de atividades econômicas, que cresceu 16,8% a.a., e no ramo dos transportes e da comunicação, aumentando em 7,2% a.a., inclusive invertendo a tendência negativa verificada na década anterior. Esse desempenho parece indicar que atualmente as atividades econômicas que mais crescem no espaço rural gaúcho são aquelas associadas ao setor de serviços, quer sejam pessoais ou outros. Em razão disso, não é difícil compreender por que as pessoas que estão domiciliadas no meio rural buscam de forma crescente mecanismos para aproximar-se do padrão de vida urbano. Nesse sentido, os transportes e os veículos de comunicação vêm desempenhando um papel muito significativo.

O crescimento destacado dos ramos dos serviços auxiliares das atividades econômicas e dos transportes e comunicações na PEA rural não-agrícola do Rio Grande do Sul, entre 1992 e 1999, também pode estar relacionado ao que Weller (1997) chamou de novas dinâmicas econômicas do meio rural, em sua análise sobre os países do istmo centro-americano. Graziano da Silva e Del Grossi (1997, p. 16) buscaram relacionar a realidade agrária brasileira com as proposições de Weller e concluíram que, no Brasil, não apenas podem ser encontradas as cinco dinâmicas destacadas pelo autor como acrescentaram mais algumas outras. Para esses autores, os ramos anteriormente referidos inserem-se em um tipo de “dinâmica econômica” particular, aquela identificada com as “atividades derivadas do consumo final da população rural”, que se referem a bens e serviços não-agropecuários, tanto de origem rural como urbana.

Além das informações sobre as atividades e os ramos que mais vêm crescendo no espaço rural gaúcho, é possível avançar na comparação entre as ocupações nas atividades agrícolas e não-agrícolas também no seu conjunto, focalizando-as pelas posições usuais que se encontram no meio rural, que são os empregados, os empregadores, os ocupados por conta própria (o que significa que não contratam trabalhadores assalariados e são eles mesmos que exercem suas atividades na propriedade ou fora dela) e os não-remunerados.

Tabela 3
RIO GRANDE DO SUL. EVOLUÇÃO DA PEA RURAL OCUPADA SEGUNDO A
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, EM 1981, 1992 E 1999 (1.000 PESSOAS)

RAMOS DE ATIVIDADES	Rio Grande do Sul			Taxas de crescimento (% a.a.)	
Posição na ocupação	1981	1992	1999	81/92 ^a	92/99 ^b
Ativ. agrícolas	1.160,8	964,0	789,4	-1,7 ***	-2,6 ***
Empregados	146,3	145,9	127,2	0,0	-2,5
Conta própria	379,8	326,7	284,3	-1,4 *	-1,6 **
Empregadores	22,2	26,8	14,7	1,7	-7,2 *
Não-remunerado	612,5	464,6	363,0	-2,5 ***	-3,1 ***
Ativ. não-agrícolas	276,5	297,1	352,4	0,7	2,7 ***
Empregados	207,1	234,5	259,1	1,1	2,0
Conta própria	47,6	46,4	64,7	-0,2	4,5 ***
Empregadores	7,3	7,0	11,9	-0,4	10,3 ***
Não-remunerado	14,5	9,2	15,3	-4,1 *	3,0
Total da PEA rural	1.437,3	1.261,1	1.141,7	-1,2 ***	1,3

^a Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

^b Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

(***), (**), (*) significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/Unicamp, Projeto Rurbano (Tabulações Especiais).

Conforme aponta a Tabela 3, um dos aspectos a ser ressaltado é a expressiva participação das pessoas ocupadas em atividades não-remuneradas e por conta própria. Em geral, essas ocupações são exercidas por agricultores familiares que possuem uma pequena propriedade e executam suas atividades utilizando-se apenas do trabalho da família, sem contratar nenhum tipo de assalariado. O outro aspecto que merece ser reiterado refere-se à redução total da PEA agrícola, que passou de 1.160.800, em 1981, para apenas 789.400 em 1999, com destaque para a diminuição dos não-remunerados (-3,1% a.a.) e dos que trabalham por conta própria (-1,6% a.a.), no período 1992-1999. Somadas, essas duas últimas categorias parecem indicar que a queda expressiva da população rural ocupada em atividades agrícolas está ligada à diminuição do número de agricultores familiares no Estado do Rio Grande do Sul.

Tais evidências estão em consonância com as dificuldades crescentes que os agricultores familiares encontram para se manter no meio rural e, sobretudo, nas atividades agrícolas nos anos recentes. Esse processo de abandono do campo é particularmente mais expressivo entre os agricultores que produzem leite, que sofrem intensa concorrência com os produtos importa-

dos dos países do Mercosul e aqueles ligados às agroindústrias de frangos e suínos, pois estas vêm implementando políticas de enxugamento em seus quadros de integrados para obter melhores escalas de produtividade.

Contudo, há outros fatores que explicam essa redução do emprego agrícola, como a diminuição vertiginosa dos preços dos principais produtos agrícolas, de um lado, e o aumento da produtividade dos principais cultivos da agropecuária gaúcha. Segundo estudos de Lopes (1997, p. 11), entre 1991 e 1995 os preços recebidos pelos produtores caíram 19% no caso do arroz, 27% no caso do milho, 36% no caso da soja e 54% no caso do trigo, o que, sem dúvida, ocasionou uma queda nas rendas dos agricultores e, conseqüentemente, dificuldades para manter suas atividades e escalas de produção. Por outro lado, verifica-se uma elevação da produtividade da agropecuária que, segundo estudos da Fundação de Economia e Estatística (Grando, 1996), aumentou em 2,4% ao ano entre 1980 e 1995 para o conjunto do Estado. Nas duas últimas décadas, a agricultura gaúcha ampliou não somente os volumes da produção primária como também a sua produtividade, pois esse aumento se fez com um número cada vez menor de pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias. Em 1980, cultivavam-se em torno de 8 milhões de hectares com grãos no Rio Grande do Sul, obtendo-se cerca de 12,3 milhões de toneladas. Em 1995, a área cultivada com grãos reduziu-se para 6,3 milhões de hectares mas a produção havia subido para 17,3 milhões de toneladas. Portanto, em quinze anos, a produção de grãos no Estado cresceu 41% e a superfície cultivada reduziu-se em cerca de 20,4%, aumentando o rendimento médio por hectare de 1,53 t/ha em 1980 para 2,72 t/ha em 1995.

Essas informações parecem sintomáticas das características e tendências que a agricultura e o emprego rural tendem a assumir nas próximas décadas. Ou seja, um setor econômico concentrado em um número cada vez menor de unidades produtivas, porém cada vez mais tecnificadas, eficientes e produtivas, e tendendo a gerar cada vez menos empregos diretos nas atividades agropecuárias.

Com relação à participação dos trabalhadores rurais assalariados (empregados) em atividades agrícolas, verifica-se que nos anos mais recentes houve uma queda de 19 mil pessoas nesta categoria, entre 1992 e 1999. Essa redução está relacionada, provavelmente, às pressões econômicas enfrentadas por culturas nas quais geralmente é utilizada força de trabalho contratada, como é o caso da lavoura de arroz e, em menor escala, da fumicultura ou da produção de outros cereais (Schneider e Navarro, 2000).

No que se refere às ocupações não-agrícolas da PEA gaúcha com domicílio rural, os dados das PNADs indicam que a maioria dos indivíduos está ocupada na condição de empregado (em torno de 73,5%, em 1999). No entanto, é preciso destacar o expressivo crescimento de 10,3% a.a., entre 1992-1999, da categoria dos empregadores com domicílio rural que atuavam em atividades não-

agrícolas, indicando, o crescimento das atividades autônomas de pequenos empreendedores no meio rural, o que, de certo modo, corrobora o crescimento do ramo da prestação de serviços antes destacado. Na mesma medida, também se destaca a ocupação das pessoas em atividade não-agrícolas por conta própria, que cresceu a uma taxa de 4,5% a.a. entre 1992-1999. Este aumento pode ser atribuído ao incremento das atividades não-agrícolas da população com domicílio rural, envolvidas com o beneficiamento e o processamento de produtos alimentares como conservas, doces, compotas, derivados de leite, de carne, etc., típicas da assim chamada agroindústria familiar. A análise do desempenho das diferentes ocupações da população rural gaúcha nas últimas duas décadas permite afirmar que ainda há forte presença do trabalho familiar, evidenciada na forma de ocupações por conta própria, ocupações não-remuneradas.

No entanto, uma avaliação de conjunto dos dados apresentados mostra que, na década de 1980, a PEA rural ocupada regrediu a uma taxa de -1,2% a.a. passando de 1,437 milhão de pessoas para 1,261 milhão. Na década de 1990, essa tendência de queda continuou, embora menos intensa, pois a PEA rural total diminuiu para 1,141 milhão de pessoas, registrando uma taxa negativa de apenas 0,7% a.a. Mais significativo, contudo, foi o desempenho da PEA rural ocupada em atividades agrícolas, que entre 1981-1992 reduziu-se em 1,7% a.a. e em 2,6% a.a. entre 1992-1999, passando de 1,160 milhão pessoas ocupadas em 1981 para 964 mil ocupados em 1992 e para 789 mil em 1999, o que representa uma perda de 196 mil ocupações entre 1981-92 e 174,62 entre 1992-99. Essa redução menos acentuada da PEA rural na década de 1990 está estreitamente relacionada ao crescimento expressivo do número de ativos que têm domicílios em áreas rurais do Rio Grande do Sul mas que estão ocupados em atividades não-agrícolas. A PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas aumentou de 297 mil em 1992 para 352 mil em 1992 (o que corresponde a um aumento de 55,24 mil ocupações), registrando uma taxa anual de crescimento de 2,7% entre 1992 e 1999 e de 4,5% a.a., quando tomados apenas os anos entre 1996 e 1999. Embora significativo, esse aumento não foi suficiente para compensar a perda dos ocupados em atividades agrícolas.

4.2. A DINÂMICA DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS EM SANTA CATARINA

Nas últimas décadas, a agricultura do Estado de Santa Catarina também foi submetida a um marcado processo de transformação de sua base produtiva, especialmente no que se refere à alteração de sua base tecnológica. À semelhança do ocorrido no Rio Grande do Sul, o processo de modificação das relações de trabalho e dos processos produtivos intensificou-se a partir de meados da década de 1970, mediante a crescente incorpora-

ção dos insumos modernos, integrando os agricultores familiares à nova dinâmica econômica daquele período. Em certa medida, pode-se afirmar que a modernização da agricultura catarinense, especialmente no tocante à região Oeste daquele Estado, decorre, de fato, da difusão do processo modernizante da metade norte do Rio Grande do Sul, por um lado, e, também, pela notável expansão da agroindústria integradora de pequenos animais (aves e suínos). Como é notório, Santa Catarina é o maior Estado produtor de produtos derivados de suínos e aves (com indústrias concentradas no Oeste daquele Estado) e o Brasil, por sua vez, é um dos maiores exportadores mundiais daqueles produtos.

No entanto, conforme já ressaltado, o processo de modernização não percorreu uma trajetória linear e tampouco generalizou-se de forma homogênea em todas as regiões e entre todas as categorias de agricultores. É por isso que determinadas regiões integraram-se mais rapidamente que outras aos novos circuitos econômico-financeiros. Não obstante essa ressalva, uma retrospectiva das transformações da estrutura agrária e da economia agrícola catarinense nas duas últimas décadas revela características bastante similares ao que ocorreu em outras regiões brasileiras, especialmente no Rio Grande do Sul. Os dados que serão analisados a seguir também foram obtidos através das mesmas tabulações especiais da PNAD, conforme destacado anteriormente. As duas primeiras Tabelas (4a e 4b) fornecem um quadro sintético das principais transformações que ocorreram em Santa Catarina, na década de 1980 e nos anos da década atual. Seguindo a tendência apontada anteriormente em relação ao desempenho das atividades agrícolas e não-agrícolas no Brasil e na região Sul, os dados em relação a Santa Catarina indicam um comportamento semelhante da PEA rural ocupada. Em primeiro lugar, observa-se que a população com domicílio rural interrompeu sua tendência de redução e a taxa de crescimento da população urbana, que entre 1981-1992 foi de 4,5% a.a, diminuiu para 2,8% a.a. entre 1992-1999 indicando uma diminuição dos deslocamentos populacionais do campo para as cidades.

Tabela 4a
SANTA CATARINA E BRASIL. POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA),
OCUPADA E NÃO-OCUPADA SEGUNDO O LOCAL DE DOMICÍLIO
E O SETOR DE ATIVIDADE, 1981-1999 (1.000 PESSOAS)

		1981		1992		1999	
		SC	BR	SC	BR	SC	BR
Urbana		1.577,5	64.669,1	2.559,2	89.510,7	3.091,3	104.693,5
Rural		1.203,8	24.233,8	1.079,0	23.784,5	1.083,0	25.402,2
PEA rural ocupada	Agrícola	599,7	10.735,9	629,1	11.192,5	465,8	10.230,5
	Não-agrícola	170,2	3.060,8	179,7	3.496,7	245,4	4.620,0
PEA rural não-ocupada	Desocupados ou procurando emprego	6,1	139,4	10,7	312,0	33,1	594,6
	Aposentados	60,9	1.240,0	59,9	1.517,1	99,4	2.235,8
	Outros	366,9	9.057,8	199,5	7.266,1	239,1	7.721,3

^a Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

^b Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. O teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

(***), (**), (*) significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/Unicamp, Projeto Rurbano (Tabulações Especiais).

Tabela 4b
SANTA CATARINA E BRASIL. TAXA DE CRESCIMENTO POPULAÇÃO
EM IDADE ATIVA (PIA), OCUPADA E NÃO-OCUPADA SEGUNDO O LOCAL
DE DOMICÍLIO E O SETOR DE ATIVIDADE, 1981-1999

Taxa de crescimento (% a.a.)		1981/92 ^a		1992/99 ^b	
		SC	BR	SC	BR
Urbana		4,5***	3,0***	2,8***	2,3***
Rural		-1,0	-0,2*	0,1	0,9***
PEA rural ocupada	Agrícola	0,4	0,4***	-4,4***	-1,7***
	Não-agrícola	0,5	1,2***	4,1***	3,7***
PEA rural não ocupada	Desocupados ou procurando emprego	5,4*	7,6***	22,1***	10,8***
	Aposentados	-0,1	1,9***	6,5***	5,7***
	Outros	-5,4***	-2,0***	3,0***	1,4***

^a Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

^b Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. O teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

(***), (**), (*) significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/Unicamp, Projeto Rurbano (Tabulações Especiais).

Como pôde-se observar, entre os que estavam ocupados em atividades agrícolas houve uma redução de 1,7% entre 1992 e 1999, o que implicou o desaparecimento de aproximadamente 164 mil postos de trabalho na agricultura. Já entre os que também possuíam domicílio rural mas estavam ocupados em atividade não-agrícolas, verificou-se um desempenho muito diferente, pois apresentaram um crescimento de 4,1% a.a. entre 1992-1999. Frente a esta diferença, pode-se afirmar que houve uma espécie de compensação parcial entre o crescimento das ocupações nas atividades não-agrícolas em relação à queda das ocupações agrícolas. Esse desempenho da PEA rural (ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas) catarinense é muito similar ao verificado no conjunto da região Sul.

Gráfico 3. Santa Catarina. PEA rural ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas, PEA rural procurando emprego (desempregados), aposentados outros, 1981-1999

Fonte: Projeto Rurbano. Tabulações Especiais das PNADs.

Uma análise de conjunto da PEA rural catarinense permite identificar alguns traços característicos de seu perfil nos anos mais recentes. Embora as ocupações agrícolas continuem a ser predominantes na estrutura agrária de Santa Catarina, o Gráfico 3 permite visualizar uma tendência de modificação, pois é visível a evolução das ocupações não-agrícolas entre a população rural. Essa queda da população ocupada em atividades agrícolas vem contribuindo

de modo decisivo para redução geral dos ativos rurais que, em 1981, era de 1.203 milhão de pessoas e, em 1992, haviam se reduzido para 1.079 milhão, tendo aumentado um pouco na década de 1990, chegando a 1.083 milhão em 1999.

As razões para redução da PEA ocupada em atividades agrícolas parecem estar ligadas ao aprofundamento do processo de modernização tecnológica da agricultura catarinense, cada vez menos demandante de força de trabalho. Mas há dois outros fenômenos a serem considerados: o aumento do desemprego e o crescimento do número de aposentados no campo. Em Santa Catarina, o total de pessoas em idade ativa que, na semana em que o IBGE realizava o levantamento dos dados da PNAD, estavam procurando emprego, aumentou de 6.100 em 1981 para 23.600 em 1999, com taxas de crescimento expressivas de 5,4% a.a., entre 1981-1992, e de 22,1% a.a., entre 1992-1999. Os aposentados, por sua vez, passaram de pouco mais de 60 mil em 1981 para 99,5 mil em 1999, o que representa em torno de 9% do total da população rural. Esse aumento ocorreu integralmente na década de 1990, entre 1992 e 1999 houve um aumento de quase 40 mil aposentados com domicílio rural, o que decorreu da extensão da legislação previdenciária aos trabalhadores rurais.

Em razão do expressivo crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural catarinense na década de 1990, torna-se relevante detalhar os ramos econômicos que mais se destacaram na geração dessas novas ocupações; quais sejam, os ramos da indústria da construção, da administração pública, da indústria da transformação e da prestação de serviços, conforme indica a Tabela 5, a seguir.

Mattei (1999), ao averiguar que as maiores taxas de crescimento dos ramos de atividades não-agrícolas situavam-se na indústria da construção, na administração pública e na prestação de serviços, concluiu que este era um indicador do processo de “urbanização do meio rural em Santa Catarina”, cuja característica principal seria a extensão para ambientes rurais dos serviços de infra-estrutura das sociedades urbanas.

A explicação para o crescimento desses ramos de atividades econômicas assemelha-se bastante ao que foi apresentado em relação ao caso gaúcho. O crescimento das atividades ligadas à indústria de transformação (4,3% a.a. entre 1992-1999), por exemplo, parece estar relacionado à expansão do processo de agroindustrialização, seja em maior escala, seja através dos processamentos domésticos, de pequena escala, dos produtos agrícolas, iniciativas que têm sido disseminadas no meio rural, especialmente quando relacionadas a produtos lácteos, carnes ou frutas (geleias, doces, etc.).

Tabela 5
SANTA CATARINA. RAMOS DE ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS DA PEA
OCUPADA DE 10 ANOS OU MAIS, RESIDENTE EM DOMICÍLIOS RURAIS, 1992-
1999 (1.000 PESSOAS)

Ramos de Atividades	Santa Catarina			Taxas Crescimento (%a.a.)	
	1981	1992	1999	1981/92 ^a	1992/99 ^b
Indústria da transformação	71,5	74,6	101,2	0,4	4,3 ***
Indústria da construção	12,5	15,8	28,5	2,2	7,9 ***
Outras atividades industriais	4,9	3,4	-	-3,3	-
Comércio de mercadorias	13,6	22,0	19,2	4,5 *	-1,9
Prestação de serviços	21,5	36,7	51,2	5,0 **	4,5 *
Serviços auxil. ativ. econômicas	2,3	4,0	5,2	5,2	-
Transporte e comunicação	10,2	6,2	11,1	-4,4	2,7
Ramo social	22,3	11,3	15,1	-6,0 ***	3,0
Administração pública	8,3	4,5	10,5	-5,4 *	10,6 ***
Outras atividades	3,0	1,1	-	-8,6 **	-
TOTAL	170,2	179,7	245,4	0,5	4,1 ***

^a Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

^b Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

(***), (**), (*) significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/Unicamp, Projeto Rurbano (Tabulações Especiais).

O crescimento da indústria da construção (7,9% a.a. no período de 1992 a 1999) parece ser uma consequência da própria expansão das atividades de transformação industrial. Além disso, as atividades ligadas à construção civil desenvolvem-se também por sua ligação à administração pública, que foi um ramo de expressiva expansão no período (10,6% a.a.). Neste último caso, o crescimento decorre de obras públicas que são impulsionadas pelo grande número de novos municípios que surgiram ao longo da década de 1990 no Estado de Santa Catarina. Não é sem razão que a dinamização das atividades não-agrícolas de transformação industrial, de administração pública e construção civil igualmente estimulam a expansão dos setores de transporte e comunicações que, entre os anos citados, cresceram 4,8% a.a., indicando, talvez, uma intensificação das relações entre o espaço rural e urbano, já que o aumento mais significativo ocorreu no transporte de pessoas e de produtos de origem agrícola.

O desempenho das principais categorias da PEA rural em Santa Catarina, nas duas últimas décadas, é apresentado na Tabela 6. Frente à queda global dos ocupados nas atividades agrícolas (4,4% a.a. entre 1992-1999), é interessante notar

que esta redução ocorreu, de modo predominante, nas categorias em que se encontram os agricultores familiares, nas quais incluem-se os indivíduos ocupados por conta própria (3,2% a.a.) e os não-remunerados (queda de 6,1% a.a.). Essa diminuição torna-se ainda mais significativa quando se comparam os valores absolutos entre o período de duas décadas, de 1981 a 1999. O que fica evidente nessa comparação é que houve, de fato, uma tendência de queda no período. Isto significa dizer que a crise do emprego na agricultura catarinense continua a atingir os proprietários de menor tamanho e/ou aquelas unidades baseadas no trabalho familiar. Esse fato corrobora a hipótese inicial desse capítulo, ao afirmar que está em curso um aprofundamento do padrão tecnológico, nos anos mais recentes, na agricultura da região meridional do Brasil, cujos efeitos concentram-se na diminuição das formas de ocupação que tipicamente identificam-se com a categoria dos agricultores familiares.

Tabela 6
SANTA CATARINA. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA
COM DOMICÍLIO RURAL, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO,
EM 1981, 1992 E 1999 (1.000 PESSOAS)

Ramos de Atividades	Santa Catarina			Taxas Crescimento (%a.a.)	
	1981	1992	1999	1981/92 ^a	1992/99 ^b
Posição na ocupação					
Ativ. agrícolas	599,7	629,1	465,9	0,4	-4,4 ***
Empregados	44,3	66,1	59,3	3,7 **	-0,2
Conta própria	203,1	202,3	165,2	0,0	-3,2 ***
Empregadores	6,1	10,2	7,6	4,8	-5,3
Não-remunerados	346,3	350,4	233,8	0,1	-6,1 ***
Ativ. não-agrícolas	170,2	179,7	245,4	0,5	4,1 ***
Empregados	144,1	150,9	203,6	0,4	4,1 **
Conta própria	21,2	22,6	32,0	0,6	4,2
Empregadores	1,9	2,8	7,0	3,7	-
Não-remunerados	3,0	3,4	-	1,0	-
Total	769,9	808,8	711,3	0,4	-2,1 ***

^a Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

^b Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

(***), (**), (*) significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/Unicamp, Projeto Rurbano (Tabulações Especiais).

Entre a população com domicílio rural, ocupada em atividades não-agrícolas da PEA de Santa Catarina, a categoria que apresentou o maior cresci-

mento foi a dos empregadores que passou de 1,9 mil para 7 mil de 1981 a 1999, ainda que em termos absolutos seja pouco expressivo. No entanto, o que deve ser ressaltado é o aumento de 4,1% a.a., entre 1992-1999, da categoria dos empregados em atividade rurais não-agrícolas da PEA catarinense. Nesse sentido, pode-se afirmar que o crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural catarinense passa tanto pelo aumento de empreendedores, que vêm ampliando suas atividades econômicas nesse espaço, como da categoria dos empregados.

4.3. AGRICULTURA FAMILIAR, DESCENTRALIZAÇÃO INDUSTRIAL E PLURIATIVIDADE

Nas últimas décadas, a literatura brasileira dedicada ao estudo das transformações da agricultura familiar passou a conferir ampla atenção às mudanças do padrão tecnológico e aos efeitos sociais e econômicos por ele engendrados no mundo rural. Esse foco relativamente limitado de análise pode ter contribuído para a generalização de uma visão apenas parcial das mudanças que ocorreram na estrutura agrária do Brasil meridional. Embora tenha ocorrido, como se sabe, uma ampla difusão de novas tecnologias nessa região, em geral acompanhadas de efeitos sociais, econômicos e ambientais nem sempre benéficos, isso não quer dizer que sua generalização estendeu-se a todas áreas e a todos os sistemas de cultivo e/ou de criação. Mesmo que os estudos tenham sido pródigos em abordar a natureza dessas mudanças técnicas, bem como sua interface com a “revolução verde”, ainda são pouco conhecidas as transformações propriamente sociais e econômicas que afetaram as populações de regiões rurais que não foram abarcadas por esse padrão dominante (entenda-se, como típico, no sul do Brasil, o modelo agroindustrial baseado no cultivo de monoculturas de grãos, a criação de aves e suínos, o leite e determinadas culturas frutíferas como uva e maçã) ou, ainda, aquelas regiões nas quais a modernização das propriedades agrícolas ocorreu em contextos de mudanças no mercado de trabalho não-agrícola, patrocinadas pela intensa industrialização experimentada pelo Brasil, especialmente a partir dos anos setenta.

Essas alterações ocorreram em áreas de agricultura familiar nas quais, não obstante os processos de produção agrícola terem sofrido alterações nas últimas décadas, tal atividade não é mais a única e, em certos casos, nem mesmo a mais importante atividade econômica das famílias que habitam nos espaços rurais. Ao contrário do que ocorreu na maior parte das regiões agrícolas do Sul do Brasil, no período recente, certas áreas de colonização antiga como a chamada Colônia Velha alemã, no Rio Grande do Sul (hoje composta pelas microrregiões do Vale do Sinos, Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Taquari) e a região do Vale do Itajaí (dividida entre as microrregiões

do Baixo, Médio e Alto Vale do Itajaí), em Santa Catarina, estão a indicar uma face virtualmente desconhecida do desenvolvimento agrícola e rural recente.

Nessas regiões, a partir da década de 1970, a estrutura agrária foi rapidamente alterada pela crescente mercantilização das relações sociais e econômicas, afetando sobretudo os agricultores familiares. Na Colônia Velha alemã gaúcha, por exemplo, reduziram-se de modo considerável as atividades agrícolas no espaço rural, fazendo com que os colonos passassem a produzir praticamente somente para a sua subsistência (Schneider, 1994, 1999). Já no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, embora uma parcela pequena dos agricultores tenha-se modernizado tecnologicamente através da orizicultura irrigada e da integração agroindustrial, a maior parte dos habitantes do meio rural passou a buscar, cada vez mais intensamente, variadas formas de complementação de renda em atividades não-agrícolas (Anjos, 1995; Seyferth, 1987; Raud, 1999).

Tais áreas, que constituem o alvo deste trabalho, caracterizam-se pela predominância das pequenas unidades familiares, oriundas dos processos de ocupação fundiária realizados através do assentamento de imigrantes de origem alemã e italiana, iniciados no século XIX. A partir da década de 1970, o sistema produtivo colonial adotado pelos colonos teuto-brasileiros nessas áreas entrou em crise.⁶⁵ Os colonos começaram a encontrar dificuldades para garantir sua reprodução social a partir dos ganhos obtidos exclusivamente com a produção agrícola. Conforme exposto em outro trabalho, a crise do sistema produtivo colonial resultou do somatório de vários fatores (Schneider, 1999). Entre outros, pode-se destacar o sistema de transferência da terra por mecanismos de herança, que provocou um rápido parcelamento das propriedades, intensificando o uso do solo e levando à degradação da sua fertilidade e à conseqüente redução da produtividade. No entanto, o fator mais importante parece ter sido a fragilização compulsória dos colonos em relação aos agentes mercantis externos, que compravam seus produtos agrícolas ao preço que desejavam.

Esse processo de crise e regressão das atividades agrícolas gerou um excedente de mão-de-obra, composto pelos descendentes e filhos dos pequenos agricultores familiares, dada a impossibilidade de expansão da fronteira agrícola e até mesmo as dificuldades para emigrar para outras regiões. Grande parte dessa força de trabalho passou a se empregar nas indús-

⁶⁵ O sistema produtivo aqui chamado de colonial constitui a forma de produção agrícola utilizada pelos camponeses (colonos) durante o processo de colonização. Em linhas gerais, pode ser caracterizado pela “expansão constante da zona pioneira” (Waibel, 1949, 1955), pela prática da rotação de terras, pela produção policultora de produtos de consumo básico, como feijão, milho, batata e mandioca, e pela relação dependente em relação aos agentes mercantis externos (vendeiros e comerciantes). Para maiores informações, consultar Schneider (1994, 1999) e Raud (1999).

trias de calçados no Rio Grande do Sul e nas fábricas de tecelagem em Santa Catarina. A partir de meados da década de 1970, o desenvolvimento das indústrias nessas duas regiões experimentou um processo de expansão descentralizada, que deslocou fábricas inteiras (ou pelo menos algumas das fases do processo produtivo) para as pequenas cidades do interior ou mesmo para as comunidades rurais periurbanas, próximas às cidades-pólo, como Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, e Blumenau, em Santa Catarina. Desse modo, as empresas passaram a contar com maiores facilidades para recrutar os colonos, sobretudo os mais jovens e, de modo especial, as mulheres (principalmente nas indústrias têxteis do Vale do Itajaí).

Mas o processo de industrialização descentralizado não ocorreu apenas devido ao deslocamento das empresas de uma cidade à outra, ou mesmo entre regiões. Na verdade, até mesmo nas pequenas localidades a presença das indústrias é bastante antiga (especialmente em Santa Catarina, na região do médio Vale do Itajaí) e possui uma estreita ligação com o artesanato de origem colonial. Nas décadas de 1960 e 1970, contudo, houve um rápido impulso dessas atividades, que ampliaram suas escalas de produção e especialmente a absorção de força de trabalho.

Conforme já salientado, as transformações que ocorreram na estrutura agrária da Colônia Velha de origem alemã no Rio Grande do Sul e no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, não estão unicamente relacionadas aos aspectos tecnológicos específicos da produção agrícola, mas particularmente às mudanças que ocorreram no mercado de trabalho industrial. A inserção de membros das famílias rurais em atividades não-agrícolas está relacionada ao desenvolvimento industrial descentralizado, que vem exercendo forte atração sobre a população que reside no meio rural, especialmente entre os mais jovens. Nessas duas áreas cresce o número de unidades familiares nas quais uma parcela significativa das rendas que compõem o orçamento doméstico advém de atividades não diretamente ligadas à agricultura e ao trabalho na terra. Nessas áreas é também cada vez mais freqüente o comportamento de membros das famílias que, residindo no meio rural, buscam empregos e fontes de renda em atividades não-agrícolas, especialmente industriais, sejam elas de caráter temporário ou permanente.

Nos países desenvolvidos, especialmente na Europa e na América do Norte, como já discutido, esse fenômeno tem sido denominado de pluriatividade ou agricultura em tempo parcial e caracteriza-se por uma situação em que a família compõe seu orçamento com base na conjugação das receitas da produção agrícola e o desempenho de outras atividades rentáveis fora da propriedade. Embora guarde semelhança com o que Freitas Marcondes (1962) chamou de “absenteísmo agrário”, na década de 1950, referindo-se aos colonos dos “bairros rurais” do interior de São Paulo, que residiam no meio

rural mas trabalhavam em atividades não-agrícolas, a pluriatividade aqui analisada parece distinguir-se das formas produtivas e organizacionais usuais encontradas na estrutura agrária brasileira ou, pelo menos, ainda pouco estudadas (uma vez que os estudos sobre esse tema apenas recentemente estão sendo desenvolvidos). A pluriatividade não é uma particularidade regional, conforme já indicado nos capítulos anteriores, mas suas características e especificidades variam segundo os contextos, sendo por isso interessante pesquisar quais seus traços principais nas regiões de colonização européia do sul do País.

Na região meridional brasileira, a emergência dessa forma de organização parece estar associada aos impactos que os processos de industrialização dos setores coureiro-calçadista no Rio Grande do Sul e têxtil em Santa Catarina exerceram sobre a agricultura familiar dessas regiões, a partir da década de 1970.⁶⁶ A partir deste período, as indústrias estabeleceram novas estratégias de atração da mão-de-obra mediante a descentralização das fábricas localizadas nas cidades para o meio rural. As indústrias passaram a deslocar unidades produtivas para as áreas rurais próximas, gerando uma forte atração sobre as populações residentes no meio rural, especialmente dos jovens. Através desses mecanismos, as indústrias foram as grandes responsáveis pelo alargamento do mercado local de força de trabalho, impactando diretamente a agricultura familiar das regiões, que iniciou um processo de mudança não apenas dos formatos organizacionais e produtivos como também sociais e culturais.

Desse modo, o acesso às atividades não-agrícolas possibilitou a emergência de novas formas de obtenção de rendas e permitiu aos agricultores familiares a redefinição do processo produtivo e da organização do trabalho. Atualmente, boa parte dos proprietários rurais das mencionadas regiões tenta adequar-se ao mercado de trabalho, seja através do cultivo de produtos menos intensivos no uso da força de trabalho, como é o caso da cultura da acácia no Rio Grande do Sul, ou até mesmo buscando dividir o tempo de trabalho na propriedade conforme a natureza da jornada de trabalho nas atividades não-agrícolas.

No Vale do Itajaí catarinense, ao estudar esse fenômeno, Seyferth constatou a emergência de uma nova categoria social, por ela denominada de colonos-operários (1984, 1987). Segundo a autora, o colono-operário é aquele trabalhador que se encontra em uma situação de *auspendler* (deslocamento pendular), ou seja, que diariamente executa o movi-

⁶⁶ Sobre os processos de industrialização das regiões mencionadas, consultar Seyferth (1974), Hering (1987), Roche (1969) e, mais recentemente, Schneider (1999) e Raud (1999).

mento pendular de deslocar-se do meio rural, onde mora, para trabalhar nas fábricas, localizadas no centros urbanos ou até mesmo em povoados rurais mais populosos, onde existam unidades industriais. Já na região da Colônia Velha alemã do Rio Grande do Sul, conforme mostramos em outro trabalho (Schneider, 1999), o processo de descentralização e interiorização das indústrias de calçados na década de 1980 dispensou os colonos de viajar para trabalhar, uma vez que muitas fábricas foram instaladas no próprio meio rural.

Essa articulação *sui generis* da agricultura familiar com o mercado de trabalho de atividades não-agrícolas trouxe novas perspectivas de reprodução social e econômica para as famílias rurais dessas regiões. Ao invés do clássico mecanismo de proletarização e abandono do campo e dos estabelecimentos agrícolas, o que se verifica nessas áreas é, pelo contrário, uma revitalização do espaço rural, que se dá através da permanência das famílias nas propriedades, pela formação de famílias jovens e construção de suas novas moradias na propriedade paterna, pela expansão do comércio e das atividades de prestação de serviços, entre outros impactos. As famílias rurais organizam-se de modo a que uma parte de seus membros permaneça na propriedade (geralmente os pais, as crianças ou, simplesmente, os mais velhos), enquanto os demais integrantes da família dedicam-se aos trabalhos fora da propriedade. Mesmo trabalhando externamente à propriedade, a grande maioria desses trabalhadores permanece residindo no meio rural e mantendo a propriedade parcialmente produtiva, com o intuito de garantir, primordialmente, a produção alimentar para a subsistência.

Esse fenômeno ocorre tanto no Rio Grande do Sul quanto em Santa Catarina. No período recente, foi através do recurso às atividades não-agrícolas que os agricultores familiares de ambas as regiões vislumbraram novas estratégias de reprodução social. Essa mudança, no entanto, afetou diretamente os processos produtivos e a forma de organização do trabalho familiar, uma vez que boa parte dos membros em idade plena para trabalhar ocupam a maior parte de seu tempo em atividades que não estão ligadas ao cultivo da terra.

Essa descrição fornece um quadro sintético das transformações sociais e econômicas que ocorrem em algumas regiões gaúchas e catarinenses, nas duas últimas décadas. São unidades agrícolas familiares que, através da inserção de parte de seus membros no mercado de trabalho não-agrícola, garantem não somente sua sobrevivência econômica, mas alcançam razoáveis índices de bem-estar social, garantindo a reprodução social dos membros que integram essas unidades.

4.4. A DINÂMICA LOCAL DA PLURIATIVIDADE: PADRE ETERNO ILGES/RS E VILA ITROUPAVA/SC

Para melhor compreender a natureza e as especificidades desses novos processos de reprodução social dos agricultores, via ampliação da pluriatividade nas unidades familiares, é que foram realizados dois estudos de caso, um no Rio Grande do Sul e o outro em Santa Catarina. O principal objetivo deste trabalho é demonstrar as razões que levaram à emergência desse novo formato organizacional, bem como analisar a conformação dessa nova forma de organização do trabalho e da produção das unidades agrícolas familiares. Desse modo, pretende-se investigar os efeitos das alterações dos fatores produtivos, particularmente o uso e a alocação da força de trabalho familiar e o processo produtivo, provocados pela pluriatividade.

A opção pelo estudo da agricultura familiar e pluriatividade no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina foi especialmente motivada pelo desafio de alargar o conhecimento sobre tais temas em região mais abrangente, ampliando a possibilidade de generalização e universalidade dos resultados. Mas a opção pela inclusão da região do Vale do Itajaí também está relacionada ao desejo de estudar uma região e uma realidade social muito semelhante àquela investigada em trabalho anterior (Schneider, 1994). Essas semelhanças estão relacionadas à história da colonização alemã, pois ambas as regiões, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, foram pioneiras na recepção de imigrantes de origem européia, ainda que em períodos diferentes (no primeiro caso, a colonização iniciou-se em 1824 e, em Santa Catarina, ocorreu a partir de 1850, com a fundação de Blumenau). Em ambas as regiões, o processo de ocupação de áreas e a forma de acesso e tamanho das propriedades estimularam a formação de sociedades com características muito parecidas. Além da semelhança da estrutura de ocupação fundiária, baseada nas pequenas propriedades, raramente superiores a 50 hectares, as populações dessas duas regiões têm em comum a língua (embora sejam dialetos diferentes), a etnia, a cultura, os hábitos alimentares e a forma de organização sócio-econômica. Em razão disso, conforme mostram outros estudos (Seyferth, 1974; Roche, 1969, e, mais recentemente, Schneider, 1999; Raud, 1999), a trajetória da evolução econômica e social dessas sociedades também registra fortes similitudes, que não precisam ser retomadas.

Importa mencionar, contudo, que o desafio de enfrentar uma “nova área de estudos”, ainda que muito semelhante àquela já analisada no Rio Grande do Sul, integra uma concepção do ofício do sociólogo que sustenta a necessidade de ruptura com o “paroquialismo” e a busca do “estranhamento” do pes-

quisador perante seu objeto de estudo para melhor conhecê-lo. Além disso, a partir da consulta aos estudos de Anjos (1995) e Seyferth (1987), reconheceu-se que a realidade do Vale do Itajaí revelava ser, de fato, uma situação social e econômica com características estruturais muito semelhantes ao caso gaúcho estudado (Schneider, 1994). Com base nessas informações, imaginava-se que a comparação de ambos os casos poderia evidenciar um fenômeno mais amplo e, portanto, de relevância social mais importante. Não se deve desconhecer que, no início da presente década, propor a discussão sobre pluriatividade ou agricultura em tempo parcial no Brasil soava estranho até mesmo para os estudiosos agrários mais respeitados. Assim, ao se incluir a região do Vale do Itajaí na presente pesquisa, a expectativa foi que tal agregação pudesse conferir respaldo social e trazer legitimidade acadêmica a um tema quase ignorado ou, pelo menos, ainda muito pouco estudado no país.

O mapa a seguir indica a localização dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, as regiões abrangidas pelos estudos de caso e os municípios de Blumenau, onde se situa a localidade de Braço do Sul, e Santa Maria do Herval, onde se situa a localidade de Padre Eterno Ilges, onde foi realizada a pesquisa de campo.

O município de Santa Maria do Herval emancipou-se de Dois Irmãos no ano de 1988 e localiza-se na Encosta Inferior da Serra do Nordeste, com uma área de 157 km², sendo 121,52 km² de zona rural. Em seu conjunto, o município guarda semelhança com o distrito catarinense de Vila Itoupava, pois sua população, em 1996, era de 5.482 habitantes, sendo 2.123 moradores na área urbana e 3.359 nas comunidades rurais (2.859 homens e 2.623 mulheres). Em 2000, a população total passou para 5.888, sendo 29,4% residentes na área rural. Em 1991, havia no município 10 indústrias, que empregavam 888 trabalhadores. A localidade de Padre Eterno Ilges dista em torno de cinco quilômetros da sede de Santa Maria do Herval e está situada na parte leste do município, próximo à divisa com o município de Igrejinha. Nesta localidade também há uma indústria de calçados e várias outras atividades não-agrícolas são desenvolvidas.

A localidade de Braço do Sul, situada no distrito Vila Itoupava fica ao norte do município de Blumenau, na divisa com Massaranduba, a 25 km de distância do centro urbano da cidade. O distrito de Vila Itoupava foi criado em 1943, com uma área de 91 km², sendo 7 km² de área urbana e 84 km² de zona rural. Vila Itoupava caracteriza-se por ser uma área de colonização alemã, que ainda mantém fortes e vivas as tradições germânicas (língua, festas, prática do tiro ao alvo, comida típica, músicas, etc.). Segundo Farfán (1991), a taxa de crescimento demográfico do distrito tem-se mantido praticamente estável nos últimos trinta anos, pois em 1960 havia 3.012 habitantes, em 1970, 3.492 e, em 1980, 3.990. Em 1991, a população de Vila Itoupava era estimada em 4.460 habitantes (2.273 homens e 2.187 mulheres), sendo 3.433 (69,6%) na zona rural e 1.027 na área urbana (30,4%). A grande maioria dos moradores é formada por descendentes de alemães (92,2%), predominando as jovens (42,1% em 1991) com menos de 20 anos de idade.

Em Vila Itoupava existem mais de 600 estabelecimentos rurais, que são explorados com base no trabalho da família que, segundo Farfán, se dedica basicamente à produção de subsistência. A estrutura ocupacional do distrito está fortemente assentada sobre os empregos na indústria, que absorve 1.081 (71,8%) empregados, seguido dos serviços que conta com 201 (13,3%), dos autônomos com 170 (11,3%) e do comércio com 54 (3,6%). A localidade é largamente dependente dos empregos oferecidos pela empresa HACO, uma fábrica de têxteis, etiquetas e bordados fundada no local em 1928. Segundo Farfán (1991, p.7), essa indústria emprega 1.031 funcionários, sendo 858 residentes em Vila Itoupava, o que o levou a afirmar que “[...] é evidente que a vida dos moradores da Vila gira em torno da fábrica” (que, segundo seus proprietários, é a maior fabricante mundial de etiquetas). Em 1991, havia em Vila Itoupava 868 domicílios, sendo 786 próprios (90,6%), 45 alugados (5,2%) e 29 cedidos (3,3%).

4.5. O ESTUDO DA PLURIATIVIDADE EM PERSPECTIVA COMPARADA

Frente às semelhanças e diferenças entre as áreas onde ocorre a pluriatividade, o recurso ao método comparativo apresentou-se como a ferramenta analítica adequada ao tipo de investigação sociológica pretendida. Considera-se que a comparação, enquanto momento da atividade cognitiva, pode ser considerada como inerente ao processo de construção do conhecimento nas Ciências Sociais. O modo comparativo de proceder e apreender mentalmente a realidade permite descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as características gerais que regem os fenômenos sociais.

Para alguns autores, a impossibilidade de aplicar o método experimental às Ciências Sociais, reproduzindo, experimentalmente, os fenômenos estudados, faz com que a comparação torne-se um requisito fundamental em termos de objetividade científica (Schneider e Schmitt, 1998). É ela que nos permite romper com a singularidade dos eventos, formulando leis capazes de explicar o social. Nesse sentido, a comparação aparece como inerente a qualquer pesquisa no campo das Ciências Sociais, esteja ela direcionada para a compreensão de um evento singular ou voltada para o estudo de uma série de casos previamente escolhidos. A estratégia comparativa adotada na análise dos dois casos procurou combinar a comparação de casos, de tipo weberiana, com a comparação de variáveis-chave, tal como sugerido por Ragin e Zaret (1983).⁶⁷

O procedimento metodológico inicialmente adotado foram visitas às áreas escolhidas. No Rio Grande do Sul, o levantamento de dados na região da Encosta Inferior da Serra foi facilitado devido à familiaridade do autor com a área e ao fato do estudo ser, de fato, uma continuidade de trabalhos anteriores (Schneider, 1999; 1994). Em Santa Catarina, delimitou-se a região do Médio Vale do Itajaí como área de concentração do trabalho de campo, tendo em vista as pesquisas sobre as transformações da agricultura familiar que já haviam sido realizadas por Seyferth (1984, 1992) e, mais recentemente, por Anjos (1995).

No Rio Grande do Sul, a trajetória da escolha da localidade de Padre Eterno Ilges, situada no município de Santa Maria do Herval, já havia sido realizada desde o ano de 1996. Contribuíram para a escolha dessa localidade os contatos pessoais e o conhecimento pessoal da região, tendo em

⁶⁷ Para uma discussão sobre a utilização do método comparativo em Ciências Sociais, consultar Schneider e Schmitt (1998).

vista o estudo conduzido anteriormente (Schneider, 1994). Em Santa Catarina escolheu-se uma pequena localidade, chamada Braço do Sul, situada no distrito de Vila Itoupava, município de Blumenau. Esse distrito é vizinho ao município de Massaranduba e, segundo informações obtidas na Prefeitura, constitui-se na área “mais rural” do município. A escolha dessa localidade ocorreu após um período de três dias de visitas à região do Médio Vale do Itajaí, nos quais foram percorridas várias comunidades cujas características sociais e econômicas eram muito semelhantes às verificadas em Braço do Sul.

Finalizada essa primeira fase, de conhecer o universo ou a população a ser pesquisada, obteve-se os seguintes indicadores em relação às localidades de Padre Eterno Ilges e Braço do Sul:⁶⁸

Tabela 7
NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS E FAMÍLIAS NAS LOCALIDADES
DE PADRE ETERNO ILGES (RS) E BRAÇO DO SUL (SC)

População/Universo total	RIO GRANDE DO SUL Padre Eterno Ilges		SANTA CATARINA Vila Itoupava - Braço do Sul	
	Total	%	Total	%
Número total de famílias e/ou estabelecimentos da localidade	78	100	185	100
Famílias pluriativas	44	56,5	77	41,6
Famílias de agricultores	21	26,9	42	22,7
Famílias que moram no meio rural mas não possuem nenhuma atividade agrícola	—	—	63	34
Proprietários absenteístas	9	11,5	3	1,7
Sítios de lazer	4	5,1	—	—

⁶⁸ É preciso ressaltar que, tanto no Rio Grande do Sul como em Santa Catarina, pôde-se contar com a generosa e valorosíssima contribuição de pessoas que conheciam em detalhes todos os moradores das localidades escolhidas. No município de Santa Maria do Herval encontramos o senhor Rodrigo Fritzen, que além de agricultor é radialista, que forneceu uma listagem dos nomes das famílias e informações sobre suas atividades e fontes de renda, suficientes o bastante para definirmos sua condição de pluriativas ou não. Da mesma maneira, em Blumenau recorremos a intendente do distrito de Vila Itoupava, senhora Rosamélia Laffin, que mediante consulta aos funcionários locais, providenciou uma listagem de todas as famílias que habitavam na localidade de Braço do Sul.

A partir das informações obtidas, foi possível identificar as famílias nas quais havia membros que trabalhavam em atividades não-agrícolas e aquelas que não praticavam nenhum tipo de agricultura, conforme indicado no quadro anterior. Para efeito de composição da amostra, não foram consideradas aquelas famílias que não tinham propriedade e que moravam em um pequeno terreno. Essas famílias são numericamente expressivas no caso catarinense (34% do total) e compõem uma nova categoria de moradores do meio rural que já não possui ligação com a agricultura (exceto em casos muito específicos, em que algumas dessas famílias residem nas proximidades da propriedade da família), razão pela qual não foram classificadas como famílias pluriativas. Os terrenos dessas famílias, em geral, são adquiridos dos agricultores locais ou até mesmo obtidos por doação, no caso de ocorrer relações de parentesco (em geral, os filhos). As atividades econômicas dessas famílias são exclusivamente os empregos não-agrícolas. Também não foram incorporados ao universo os proprietários absenteístas, referindo-se às “chácaras de fim de semana” ou até mesmo as propriedades abandonadas pelos seus proprietários.

De posse dessas informações, estabeleceu-se uma amostra aleatória simples baseada em duas variáveis-chave: o número de famílias ou estabelecimentos existentes na localidade e a presença de pessoas, nessas famílias, que desempenham algum tipo de atividade não-agrícola. Estipulou-se o tamanho da amostra em 30% sobre o número total de famílias e/ou estabelecimentos definidos como famílias pluriativas e famílias de agricultores, obtendo-se as amostras indicadas na Tabela 8. Portanto, a pesquisa de campo operou com uma amostragem por estabelecimentos e famílias.

Tabela 8
AMOSTRA DE FAMÍLIAS DE AGRICULTORES E PLURIATIVAS UTILIZADAS
NA PESQUISA DE CAMPO NAS LOCALIDADES
DE PADRE ÉTERNO ILGES (RS) E BRAÇO DO SUL (SC)

AMOSTRA	RIO GRANDE DO SUL Padre Eterno Ilges		SANTA CATARINA Vila Itoupava - Braço do Sul	
	Nº	%	Nº	%
Número total de famílias e/ou estabelecimentos da localidade	78	100	185	100
Famílias pluriativas	13	29,5	24	31,16
Famílias de agricultores	10	47,61	13	30,9
Indivíduos pluriativos	13	—	15	—

Na localidade de Padre Eterno Ilges, no município gaúcho de Santa Maria do Herval, havia um total de 78 estabelecimentos, nos quais residiam 36 pessoas que pertenciam a famílias de agricultores e 69 pessoas que pertenciam a famílias pluriativas. Desses 78 estabelecimentos, conforme indica o quadro anterior, foram selecionadas 10 famílias de agricultores e 13 famílias pluriativas para compor a amostra do Rio Grande do Sul. Na localidade de Braço do Sul, na região do Médio Vale do Itajaí, havia 185 estabelecimentos, nos quais habitavam também 36 pessoas pertencentes a famílias de agricultores e 115 pessoas a famílias pluriativas. Desses 185 estabelecimentos selecionaram-se 13 famílias de agricultores e 24 de pluriativos, compondo assim a amostra de Santa Catarina. Além dessas famílias, com as quais foram aplicados os questionários estruturados, nas famílias pluriativas também foram selecionados os indivíduos que efetivamente exerciam alguma atividade não-agrícola, sendo escolhidos 13 no Rio Grande do Sul (portanto, um em cada família pluriativa, devido ao pequeno tamanho da amostra) e 15 em Santa Catarina. A amostra final, portanto, foi constituída de 60 estabelecimentos, sendo 23 no Rio Grande do Sul e 37 em Santa Catarina, onde habitavam 256 pessoas, sendo 72 pertencentes a famílias de agricultores e 184 a famílias de pluriativos.

4.6. PARA UMA DEFINIÇÃO OPERACIONAL DA PLURIATIVIDADE

Antes de aplicar os questionários foi necessário conhecer, do modo mais fidedigno possível, as características e a estrutura social e econômica da comunidade escolhida. Segundo Barbeta (1994), a estratégia de determinar a população-alvo de uma pesquisa a partir da consulta prévia aos atores envolvidos aproxima-se daquilo que os estatísticos definem como amostra proposital ou por julgamento.

Para determinar a população-alvo ou o universo da pesquisa recorreu-se a entrevistas informais com técnicos extensionistas, líderes comunitários, professores, representantes do poder público e religiosos. No Rio Grande do Sul, também se contou com o censo municipal realizado pela Prefeitura de Santa Maria do Herval, em 1991, que recolheu detalhadas informações sobre a localidade distrital de Padre Eterno Ilges. Já em Santa Catarina, pôde-se contar com as informações (de excelente qualidade) sobre a realidade do distrito de Vila Itoupava, obtidas no diagnóstico socioeconômico encomendado pela Prefeitura de Blumenau ao Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER), realizado no ano de 1997.

Nessa fase, a tarefa mais desafiadora foi determinar quais as características de uma família pluriativa. Segundo a definição adotada, famílias plu-

riativas são aquelas em que algum dos membros que compõem o núcleo familiar exerce um tipo de atividade considerada não-agrícola. A distinção entre famílias pluriativas e famílias de agricultores (portanto não-pluriativas) está assentada sobre o tipo de atividade que exercem os indivíduos membros das famílias rurais. Assim, será considerada pluriativa aquela família em que pelo menos um de seus membros estiver ocupado em atividade estranha à agricultura. Em razão da grande variedade de atividades existentes no meio rural, a distinção entre o que é agrícola e não-agrícola muitas vezes é tênue e/ou controversa. No entanto, para efeito deste trabalho, considera-se atividades não-agrícolas aquelas tarefas que *não* implicam o envolvimento direto nos processos de produção vegetal e/ou animal.

Nos casos concretos deste estudo, as atividades não-agrícolas formam uma gama variada de tarefas e ocupações, predominando as atividades assalariadas fora da propriedade ligadas aos setores têxtil, em Santa Catarina, e ao setor coureiro-calçadista, no Rio Grande do Sul. Essas atividades podem ser desempenhadas dentro ou fora do estabelecimento rural. No caso de ser dentro da propriedade, como é o caso do beneficiamento ou processamento de produtos agrícolas *in natura* (a chamada agregação de valor a um determinado produto), essas atividades também podem ser chamadas de “para-agrícolas”, tal como sugerido no estudo do *Arkleton Trust* (1992). Assim, a título ilustrativo, um agricultor que beneficia sua produção de erva-mate e a vende em pacotes avulsos, ou então famílias rurais que produzem doces coloniais ou derivados de leite, como o queijo, serão consideradas pluriativas. É preciso admitir, no entanto, que há uma difusa linha que separa o que é ou não um agricultor pluriativo, quando se trata das atividades não-agrícolas executadas dentro da propriedade. O mesmo critério foi utilizado para definir as atividades não-agrícolas desempenhadas fora da propriedade. Ou seja, foram consideradas atividades não-agrícolas aquelas tarefas que *não* implicam a participação direta nos processos produtivos agropecuários. Assim, por exemplo, o trabalho temporário típico como o envolvimento sazonal na colheita, a limpeza, o plantio, etc.; não foi considerado atividade não-agrícola, até porque isso implicaria classificar todos os “bóias-fria” e “volantes” como pluriativos, o que não faz sentido.

Além da qualificação das atividades há o desafio classificatório das rendas. O que são rendas não-agrícolas? Nos casos aqui investigados, as rendas não-agrícolas são aquelas que correspondem à remuneração auferida com a execução das atividades anteriormente definidas. A exceção deve ser feita em relação aos recursos advindos das aposentadorias ou das transferências sociais, quer sejam elas rurais ou urbanas. Nesse caso, as rendas advindas dessas fontes não serão somadas à renda agrícola e tampouco à renda não-agrícola de uma família qualquer. As receitas ou entradas oriundas de aposen-

tadorias ou transferências serão computadas à parte. Assim, se em uma família qualquer houver um indivíduo (em geral os avós) que receba uma aposentaria rural ou outro tipo de receita de transferências sociais (benefício a título de invalidez, por exemplo) isso não implica que essa família seja considerada pluriativa. O que define a família pluriativa é, em primeiro lugar, a combinação de mais de uma atividade, sendo uma delas na agricultura, tendo em vista tratar-se de *agricultores familiares pluriativos*, e não de outra categoria social que eventualmente possa compartilhar mais de um tipo de ocupação (por exemplo, médico e proprietário rural, advogado e professor).

Nessa definição são considerados *membros da família* aqueles indivíduos que habitam em um mesmo estabelecimento (propriedade rural), mas não necessariamente sob o mesmo teto. Na ampla maioria dos casos, esses indivíduos também estão ligados por laços de consangüinidade e de parentesco, mas é possível encontrar famílias nas quais os membros que não possuem essas duas últimas características são também considerados membros da família.